

CONTRIBUIÇÕES DO SABER HISTÓRICO PARA UMA PRÁTICA INTERDISCIPLINAR

*Rejane Silva Pena**

Resumo: Este texto pretende refletir de que forma os conhecimentos históricos podem auxiliar na formação profissional, por intermédio da abordagem de objetos e temas em um enfoque interdisciplinar. A tarefa não é fácil, tendo em vista as dificuldades que enfrenta esta prática, à medida que o conhecimento pode ser utilizado como instrumento de poder interferindo no diálogo entre diferentes saberes.

Palavras-chave: Interdisciplinaridade. Conhecimento. Poder. História.

Abstract: This article proposes a reflection about how historical knowledge can assist in the professional development by approaching objects and themes in a multidisciplinary way. The task is not an easy one, for there are many difficulties in this practice knowledge may be used as a power tool to interfere in the dialogue between the different kinds of knowledge.

Key words: Multidisciplinary. Knowledge. Power. History.

1. Introdução

O termo interdisciplinaridade assumiu diversos significados, ao longo do tempo, tanto na literatura especializada como em debates nas diversas áreas do conhecimento. No presente texto, considera-se que a prática interdisciplinar significa a interação entre diversas fronteiras do saber, gerando reciprocidade e horizontalização das relações de poder entre os campos implicados na abordagem de uma problemática comum.

Certas abordagens acerca da interdisciplinaridade podem dar uma impressão de defesa do ecletismo teórico, o que remeteria à conciliação e ao uso simultâneo, linear e indiscriminado de pontos de vista teóricos e éticos diversos, sem considerar as diferenças e incompatibilidades tanto na origem histórica, como na base conceitual e epistemológica¹.

* Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

¹ (Vasconcelos, 2002, p.108)

Na realidade, a prática interdisciplinar discute os princípios e conceitos fundamentais de cada campo original. Identificam-se as diferenças e convergências, abrindo caminho para uma aprendizagem mútua e não uma simples adição ou mistura linear. A recombinação dos elementos internos possibilita a criação de novos campos de saber, teóricos ou aplicados.²

A maior dificuldade é efetivamente iniciar o diálogo entre saberes diversos, pois, em princípio, sabe-se que jamais a prática interdisciplinar ocorrerá facilmente, uma vez que toda área do conhecimento constrói seus próprios paradigmas interpretativos. E, precisamente por possuir sua própria estrutura, uma área do conhecimento resiste às influências externas.

Nessa perspectiva, discute-se de que forma uma área do conhecimento – no caso a História – pode contribuir para o diálogo interdisciplinar em uma formação profissional e ainda que postura deverá ter este historiador para que os resultados sejam produtivos.

2. Poder, conhecimento e os desafios à interdisciplinaridade

Bernard Lepetit³ certa vez comparou a interdisciplinaridade com a tradução, analisando que em comum haveria uma traição parcial, significando aceitar algo novo em um universo de saberes conhecidos e reconhecidos. Logo, toda transferência de conceitos, problemas ou métodos seria acompanhada da transformação destes, ou mais, uma abertura da “caixa preta” para fora de sua linguagem específica, permitindo maior acessibilidade à troca de conhecimento interteóricos, interepistemológicos e interdisciplinares”.⁴

O processo sofre dificuldades, pois ao longo do tempo os discursos, conhecimentos, disciplinas e campos se tornaram suficientemente diferenciados e organizados a ponto de se transformarem em instituições distintas e influentes. E de forma crescente foram mobilizados recursos econômicos, políticos e sociais para sustentar empreendimentos. Inclusive, o conhecimento histórico pode iniciar sua contribuição à problemática proposta, com a análise de como corpos de conhecimento, discursos, disciplinas e campos se ligaram aos meios sociais, econômicos e políticos, através dos quais seus expoentes humanos puderam ganhar poder e exercê-lo. E também de que forma separaram-se, construindo barreiras amparadas em argumentos como necessidade de aprofundamento e complexidade do tema⁵.

² (*Idem*, p.113-114)

³ Bernard Lepetit (2001)

⁴ (Vasconcelos, 2002, p.69).

⁵ (Freidson, 1996).

A especialização do conhecimento, supostamente visando a aprofundá-lo, é uma tônica presente em diversos discursos dos saberes reconhecidos, mas nem sempre foi assim. Se por um lado observa-se o estabelecimento da especificidade das áreas do conhecimento e a formação de pessoas direcionando suas energias intelectuais a recortes bem definidos, também não é desprezível a resistência à sua fragmentação.

No ocidente, a Grécia antiga fornece o exemplo, pois os filósofos gregos salientavam o valor de um amplo espectro de conhecimentos para os cidadãos privilegiados da polis, enquanto denegriam as qualificações especializadas dos ofícios. Tal ideal, contemporaneamente está presente em um conjunto de concepções históricas sobre educação, expressas por termos, entre os quais, aprendizado humanístico, defendendo a idéia de que os especialistas não possuem a perspectiva necessária para tratar de questões que extrapolam seu campo.

Atualmente, a defesa da interdisciplinaridade não trabalha com a idéia ambiciosa e, ao mesmo tempo, ingênua dos humanistas, sobre o homem que tudo sabe e contribui em várias áreas, cujo exemplo mais conhecido é o de Leonardo da Vinci. Trata-se de troca, diálogo e não domínio de tudo.

Um dos obstáculos que aguardam essa prática denomina-se “mandato de conhecimento”.⁶ Este representa a capacidade de uma profissão em exercer influência em virtude da substância, forma, transmissão, eficácia, objetos e legitimidade de seu núcleo cognitivo. Trata-se de uma permissão epistemológica de influência pública mediada pela política ocupacional e organizacional. Tal propriedade é condicionada além da base epistemológica do corpo de conhecimentos e qualificações de uma disciplina, na esfera de sua autoridade, isto é, se tem autoridade técnica, moral ou cultural. Por fim, importam às esferas institucionais nas quais pode ser praticada, ou seja, se a disciplina é praticada nos tribunais, hospitais, universidades ou indústrias, por exemplo⁷.

Esse raciocínio remete à questão de que o conhecimento não é algo abstrato, mas efetivo exercício de poder. Nem sempre o conhecimento considerado válido e superior é exatamente o mais qualificado, mas aquele que foi desenvolvido ou apropriado por determinado grupo com condições de institucionalizá-lo, torná-lo conhecido e impô-lo, ao invés de uma suposta superioridade intrínseca. Já foi observado que as ciências e suas organizações derivadas se constituíram como um campo de lutas, não podendo ser visualizado idilicamente como uma ‘comunidade de cientistas’ que competiria em condições iguais entre si por meio do rigor de seu conhecimento. Configura-se como uma arena refletindo os

⁶ (Halliday (1987, apud Freidson, 1996, p 28-55).

⁷ (Freidson, 1996).

interesses concretos de instituições de financiamento, de produção de equipamentos, produtos e serviços, formação e treinamento, etc.⁸

Percebe-se que, em geral, a visão tecnicista omite de seu discurso a questão do poder e busca desqualificar os demais discursos utilizando no seu lugar o princípio da redução, que restringe o disperso e o complexo dos processos humanos e planetários ao simples, por meio de uma lógica mecânica e determinista de exclusão de tudo aquilo que não seja quantificável e mensurável, como os aspectos subjetivos.

Ainda para compreender o conhecimento como elemento integrante da disputa por lugares de poder é útil a conceituação que Pierre Bordieu formulou, denominada de “campo”. Significa que uma produção cultural não se restringe apenas ao conteúdo textual dessa produção, nem tampouco ao contexto social, em que seria suficiente estabelecer uma relação direta entre o texto e o contexto. Entre esses dois pólos muito distanciados, existe um universo intermediário, o chamado campo literário, artístico, jurídico ou científico, isto é, o universo no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem a arte, a literatura ou a ciência. Esse universo é um mundo social como os outros, mas que obedece a leis sociais mais ou menos específicas.⁹

Seguindo este raciocínio, escapa-se à alternativa da ‘ciência pura’, totalmente livre de qualquer necessidade social e da ‘ciência escrava’, sujeita a todas as demandas político-econômicas.¹⁰

Também auxilia a reflexão de Michel Foucault sobre o poder e o saber. É interessante que apesar de sua rejeição à “História”, os trabalhos de Foucault influenciaram tremendamente as pesquisas históricas, adicionando-lhes novas dimensões e percepções.

Primeiramente importa destacar nesse filósofo alguns aspectos de seu pensamento relacionados com o já mencionado binômio poder-saber, sendo que este é considerado como um conjunto de regras definindo os objetos possíveis, a posição dos sujeitos em relação aos objetos, os conceitos e os temas que podem se constituir. Essas regras emanam do não discursivo ou do pré-discursivo. Logo o não discursivo engendra o campo do saber e a formação discursiva recortará os objetos, constituindo conceitos e temas.

Nesse sentido, um saber é aquilo de que podemos falar em uma prática discursiva que se encontra assim especificada: o domínio constituído pelos diferentes objetos que irão adquirir ou não um *status* científico. Um saber é também o espaço em que o sujeito pode tomar posição para falar dos objetos de

⁸ (Vasconcelos, 2002, p.105)

⁹ (Bordieu, 2004, p.20)

¹⁰ (*idem*, p.20)

que se ocupa em seu discurso, como por exemplo, o saber da medicina clínica, que é o conjunto das funções de observação, interrogação, decifração, registro e decisão, que podem ser exercidas pelo sujeito do discurso médico.

Unindo as reflexões de Bordieu e Foucault, sem discutir suas diferenças teóricas, mas especificamente no que tange à desconstrução do conhecimento, fazendo emergir o feixe de suas relações e finalidades, torna-se possível pensar a história das condições de possibilidade da emergência de alguns saberes, realizando uma genealogia do conhecimento e a constituição das práticas sociais.

Dessa forma pode-se relacionar saber como ligado a um sistema de poder e não apenas algo com um valor intrínseco, facilitando à compreensão para as resistências que podem ser encontradas a uma efetiva prática interdisciplinar na formação de um profissional.

3. Algumas contribuições do conhecimento histórico a uma postura e prática interdisciplinares

A prática da interdisciplinaridade, por mais disponibilidade que se tenha em acolher o conhecimento diverso, baseia-se sempre em incompreensões parciais, as quais, se não paralisarem o trabalho poderão transformar-se em produtoras de novos sentidos.

E é neste campo instigante, mas inseguro que se abordam as possíveis contribuições dos estudos históricos na forma interdisciplinar, sem procurar incorrer na tentação de um historicismo, em que seria impossível pensar algo sem ter como fundamento os conhecimentos históricos. Assim pensaram Durkheim e a Escola Francesa de Sociologia, ligada à revista *L'Année sociologique*, no final do século XIX, quando se fortalecia o movimento de delimitação e de afirmação das diferentes Ciências Sociais. Militavam por uma prática unificada das Ciências Sociais e em um método fundado num comparatismo generalista e na delimitação sistemática das variações concomitantes, que deveria assegurar a estruturação do campo.

Essa prática regulamentada definida como o método sociológico, permitiria a reorganização das Ciências Sociais em torno da Sociologia e reduziria a História, a Geografia, a Estatística Social ou a Etnografia à condição de disciplinas auxiliares, fornecedoras de fatos empíricos, mas desprovidas de capacidades explicativas.

A formidável ambição do imperialismo sociológico enfrentou a resistência das disciplinas estabelecidas que mantiveram sua especificidade.¹¹ Aliás, caso

¹¹ (Lepetit, 2001, p.31-32)

se efetivasse esta ambição não teríamos o olhar interdisciplinar, que assegura a deshierarquização das reflexões das várias áreas do conhecimento.

Mas e da História, o que esperar? Como pode contribuir na formação profissional de um cientista, um administrador, um advogado, um professor ou qualquer outro tipo de profissional?

A dificuldade em explicar inicia por uma concepção do que sejam os objetos e métodos da História entre o público que trabalha com outros saberes, que majoritariamente ainda pensa ser seu estudo como uma recuperação de um passado linear e progressivo. Mas, entre os historiadores sabe-se que não há possibilidade de alcançar a integridade do passado em sua temporalidade diacrônica.¹²

Ocorre que a (nem tão) nova forma dos estudos históricos nos tornou parceiros da interdisciplinaridade. A renovação redirecionou o olhar, estimulando a comunidade de historiadores a revisitar os mesmos objetos, no que se refere aos vestígios deixados por fatos, homens, símbolos e emblemas do passado. Esse desatar/reatar de toda tradição histórica abriu caminho para estudos diferenciados, conforme observou Pierre Nora:

Não mais os determinantes, mas seus efeitos; não mais as ações memorizadas nem mesmo comemoradas, mas os vestígios dessas ações e o jogo dessas comemorações; não os acontecimentos em si mesmos, mas sua construção no tempo, o desaparecimento e a ressurgência de suas significações; não só o passado tal como se passou, mas suas reutilizações permanentes, seus usos e abusos, sua pregnância sobre os presentes sucessivos; não a tradição, mas a maneira como ela se constituiu e transmitiu, enfim nosso espaço de experiência.¹³

Este percurso fortaleceu-se nas primeiras décadas do século vinte, com March Bloch e Lucien Febvre, dois dos fundadores do movimento dos Annales que se transformou, mais tarde no que hoje denominamos de Nova História¹⁴.

¹² (Myriam Santos, 2003, p.174)

¹³ (Nora, apud Dossé, 2001, p.37)

¹⁴ Não existe consenso entre os historiadores do que significa Nova História. Para o presente trabalho, admite-se a classificação de ROGÉRIO FORASTIERI DA SILVA, o qual analisou esta tendência em sua tese de Doutorado. Segundo Silva: "Em parte significativa da bibliografia corrente, faz-se uma associação direta entre a chamada Escola dos Annales e a Nova História; assim, para alguns autores, a Nova História teria nascido com a fundação da revista Annales (1929) e seriam, neste sentido, sinônimos. Existem, entretanto, aqueles que cunharam a expressão no contexto da historiografia francesa contemporânea, especificamente Jacques Le Goff e Pierre Nora, além de parte significativa de autores que se debruçaram sobre a Nova História. Afirmam que este nome corresponde à chamada terceira geração de historiadores associados à revista" (1999:258). Logo, quando ocorrerem referências à Nova História, considera-se historiadores da terceira geração dos Annales.

Acima de tudo, o homem em sociedade constituía o ponto de convergência das diversas Ciências Sociais, objeto comum, preexistente a todas as metodologias e problemáticas.

Mais tarde, em 1974, o prefácio de Jacques Le Goff¹⁵ para uma edição de obra relativa ao trabalho de Marc Bloch, ditava as palavras de ordem da Nova História, sendo um dos seus primeiros manifestos. Destacava a busca de “*nouveaux problèmes, nouvelles approches, nouveaux objets*”, estabelecendo uma linha de continuidade ao movimento de 1929.

Estava implícito que as novas abordagens desacomodariam ou desalojariam setores tradicionais da História. Objetos inovadores integrariam seu campo epistemológico, além dos anteriormente indesejados elementos de subjetividade.

Multiplicaram-se expressões como “imaginário”, “representações” e “práticas”, abrindo caminho para o estabelecimento de relações entre reminiscências individuais e coletivas, entre memória e identidade, ou entre entrevistador e entrevistado. *Recuperava-se* “as mediações existentes entre ‘a racionalidade individual e a identidade coletiva’”.¹⁶

É importante ressaltar que anteriormente já existiam indícios do questionamento da historiografia tradicional e sua rigidez em torno de temas e fontes.

Verifica-se no levantamento realizado por Silva em sua tese de Doutorado sobre historiografia e Nova História, que diversos autores citam Karl Marx, Karl Lamprecht, James Harvey Robinson e Charles Austin Beard, como precursores da recorrência a algo proclamado como “novo”, destacando Robinson e sua obra “*The New History*” (1912). Este dedicou praticamente toda sua vida acadêmica no questionamento da chamada história tradicional, esperando vê-la substituída por aquela que formalmente chamou de “*New History*”.

Até contestações ao suposto caráter inovador da Nova História encontra-se em Donald R. Kelley¹⁷, por exemplo. Este estudioso procurou destacar que, ao contrário das ciências da natureza, não existiu no campo da História nenhuma “Revolução Copernicana”. Chegou a esta conclusão investigando em obras de História várias atitudes inovadoras relativas a temas, fontes e problematizações anteriores à Nova História, afirmando que o acreditado como novo não sobreviveria a uma análise mais detida, a qual demonstraria o quão “novas” elas seriam. Logo, as “novas histórias” possuíam uma longa tradição, e a inflação do qualificativo “novo” denotaria um desconhecimento da história da História.

Evidencia-se que as críticas à forma tradicional de analisar e escrever História foram originadas em períodos muito anteriores à corrente da Nova História.

¹⁵ (1993, p.18)

¹⁶ (Revel, 1998, p.25).

¹⁷ (1991, apud Penna, 2002),

Burke reforçou a idéia de que o próprio termo Nova História foi utilizado em outros contextos de renovação historiográfica, como na Inglaterra, com Lewis Bernstein Namier (1888-1960); e Richard Henry Tawney (1880-1962), na Alemanha com Karl Lamprecht e nos Estados Unidos com James Harvey Robinson. Seu raciocínio levou-o a períodos ainda mais recuados, como os séculos XVIII e XIX. Lembra Jacob Burchardt, Karl Marx, Voltaire, Edward Gibbon, Giambattista Vico e Justus Möser, ligados à própria dinâmica histórica, permeada pela intensificação de movimentos sociais e do processo de descolonização.¹⁸

Alguns sequer admitiram que, no final dos anos 60 do século XX, tenha ocorrido uma ruptura no campo da historiografia. Entenderam, apenas, ter havido uma maior preocupação com a teoria e as categorias sociais marginalizadas, além de um contato significativo com a Sociologia e a Lingüística, entre outras áreas do conhecimento, sem configurar-se em algo essencialmente novo. Destacaram, entretanto, um quadro de ruptura com as fontes tradicionais pelas incursões de historiadores no estudo da História da memória, a partir dos anos 80 do século XX¹⁹.

Haddock²⁰ também forneceu outra linha de raciocínio para explicar os rumos da modernização da historiografia, afirmando que o aprimoramento da História como disciplina e pesquisa relacionou-se ao aumento das exigências de outros setores do conhecimento. Cada vez mais, utilizava-se a justificativa histórica para argumentar, forçando os historiadores a aprimorarem seus métodos, bem como a abordagem de temas variados (1989). Ruggiero Romano acrescentou o fator da ampliação do alcance da memória humana pelos processos tecnológicos.²¹

O importante é que constituindo o marco da renovação historiográfica, a partir do século XX, ou sendo apenas mais uma das várias contestações aos métodos tradicionais, a tendência da Nova História foi aquela que conseguiu, por intermédio de um sistema de relações importantes e de historiadores competentes, que ocuparam lugares-chave para o reforço e divulgação de seus trabalhos, oportunizar justificativas para a generalização de suas experiências.

O efetivo exercício de poder no interior do mundo acadêmico garantiu a continuidade de um projeto inicial, que se permitiu, com o tempo, desdobrar-se em várias vertentes, sem perder a marca de origem, enfrentar situações adversas sem perder posições de prestígio, deixando uma orientação de conteúdo no interior das instituições nas quais exercia o controle. De acordo com Silva, formou-se um grupo com um grau de coesão suficientemente significativo para se distinguir dos demais, estabelecendo sua própria escala de valores e hierarquia e

¹⁸ (1998, 1-23).

¹⁹ Idéia desenvolvida por FRANÇOISE HILDESHEIMER, 1994.

²⁰ Haddock (1989)

²¹ (1981, 641-649).

legitimando-se como aqueles que transformaram em realidade o movimento de renovação historiográfica, seja em nível profundo ou apenas tangencial.²²

Consolidou-se, assim, a aceitação entre a comunidade de historiadores num direcionamento das pesquisas favorecendo a abordagem de uma problemática abertamente contemporânea e a negação de uma temporalidade linear em proveito dos tempos vividos múltiplos. Teceu-se uma malha em que os fios foram entrelaçados pelas experiências de uma variada categoria de pessoas.

Essas influências impulsionaram a historiografia para determinados rumos, como a denúncia da exclusão de grupos e a abordagem de contextos situacionais ignorados, como estudos de minorias ou cotidiano, bem como a valorização de concepções teóricas que apontavam o objeto da pesquisa como não estando simplesmente “lá”, mas existindo, porque determinado pelo próprio pesquisador.

Por fim, esboçados os movimentos que possibilitaram a que os estudos históricos pudessem relacionar-se aos temas e preocupações contemporâneos e às exigências dos mais diferentes tipos de questionamento, efetivamente, dentro de uma prática interdisciplinar, além dos aportes brevemente descritos, interessa saber que atitude mental deve ter este historiador?

A resposta pode ser dividida em duas partes:

- a) Especificamente, falando de um lugar – da posição de historiador e de uma prática, a da história - esse historiador poderá contribuir para a prática interdisciplinar se tiver presente a capacidade de apontar objetos novos. Nenhum objeto de pesquisa se destaca por sua evidência: o olhar do pesquisador e sua abordagem é que lhe delimitam os contornos.
- b) A flexibilidade para aceitar e estimular o estabelecimento de condições para se produzir um novo saber, para se ampliar a inteligibilidade do real. Como pensar de outra forma? Como escapar ao peso das tradições acumuladas? Não é proibido inovar, mas a invenção intelectual não é tão simples como parece²³.
- c) Como julgar os limites da História quantitativa descritiva senão a partir de uma Sociologia mais habituada a lidar com os modelos formais, de uma Demografia mais fundamentada na análise das leis de distribuição e mesmo a partir das ciências do engenheiro, mais habituada a manejar os testes de hipóteses?²⁴
- d) Exposta a atitude mental do historiador apto a atuar em uma prática interdisciplinar na formação de um profissional, acredita-se que além da atitude, é importante apontar como pode atuar em conjunto com outros profissionais de diferentes áreas.

²² (Silva, 1999, p.314-315).

²³ (Lepetit, p.40)

²⁴ (*Idem*, p.40)

Acredita-se que seu papel não é o de ensinar procedimentos de exumação, crítica e utilização de fontes. Ao contrário, a exploração dos mecanismos temporais pode constituir a contribuição particular da História, pois contra o tempo linear das crônicas e da história tradicional, ressalta a diferenciação dos ritmos e tempos das criações humanas.

As temporalidades humanas são múltiplas e a coincidência cronológica não basta para estabelecer a verdadeira contemporaneidade, descrevendo o desnível entre as dimensões econômica, social e cultural que todos os fenômenos comportam.

Também ressalta-se a relativamente recente contribuição da incorporação de entrevistas dando som e sentido as memórias e representações de diferentes pessoas no trabalho histórico. Michel de Certeau²⁵ analisou que ao considerarmos a cultura como ela é praticada, não a mais valorizada pela representação oficial, mas naquilo que a sustenta e a organiza, uma das prioridades se imporia: o oral.

Parcela importante dos historiadores considera que a oralidade constitui um espaço essencial da comunidade, pois numa sociedade não existe comunicação sem ela, mesmo quando esta sociedade dá grande espaço à escrita para a memorização da tradição ou para a circulação do saber. A oralidade está em toda parte, porque a conversação se insinua em todo lugar; ela organiza a família e a rua, o trabalho na empresa e a pesquisa nos laboratórios: “Oceanos de comunicação que se infiltram por toda parte e sempre determinantes mesmo onde o produto final da atividade apaga todo traço desta relação com a oralidade”.²⁶

Por fim, mas não menos importante, todo o profissional vai lidar, de uma forma ou de outra com o que se denomina capital social, onde destacam-se os traços culturais que caracterizam uma comunidade e que podem contribuir no engajamento e na propensão de seus membros para colaborar na solução de problemas de interesse comum. Inclui-se aí as redes de relações interpessoais e os sentimentos de confiança mútua entre os indivíduos que constituem essa comunidade, que tornam possível o empreendimento de ações conjuntas que resultem em proveito da coletividade.²⁷

Também as ações comunitárias sem relevância econômica direta aparente podem ser importantes na explicação do desenvolvimento, na medida em que fortalecem os vínculos existentes entre seus integrantes e podem desenvolver a propensão cultural para colaborar no enfrentamento de problemas comuns.

Todos esses processos estão situados no tempo, com seus ritmos diversos, suas formas próprias de existir e relacionar-se e os historiadores podem auxiliar nesta leitura do social, que não se mostra por inteiro ao primeiro olhar.

²⁵ Michel de Certeau (1996)

²⁶ “ (Certeau, 1996, p.338)

²⁷ (Dotto, Pohl, De Gregori, Frey e Becker, 2003).

4. Conclusão

Vive-se um tempo de crescentes e ágeis conquistas tecnológicas, novas teorizações e releituras das antigas, acompanhadas de um alto nível de exigências para compreendermos e apropriarmos-nos de tudo isso em nossa formação profissional.

Munido de um único instrumental teórico-metodológico disciplinar, o conhecimento que subsidiará esta formação, independentemente de sua área, será insuficiente à análise de uma dinâmica complexa.

Procurou-se então demonstrar que a interdisciplinaridade, que envolve diálogo, troca de experiências e transformações nos saberes das diferentes áreas do conhecimento é fundamental no enfrentamento dessa problemática.

A tarefa não é fácil devido às dificuldades a uma efetiva prática interdisciplinar, levando em consideração o pressuposto teórico do conhecimento como um elemento constituinte das relações de poder.

Mas, por sua própria natureza direcionada a retrair os passos da experiência humana, o conhecimento histórico pode contribuir na busca de uma formação interdisciplinar, apta a movimentar-se no mundo contemporâneo.

Ao apontar novos objetos de pesquisa na análise de uma comunidade, como também auxiliando na compreensão de fatores aleatórios ocorridos em diferentes tempos, dimensões e intensidades, o historiador forneceria uma base importante para o diálogo entre diferentes saberes.

Referências:

BECKER, DINIZAR; WITTMANN, MILTON LUIZ (org.). *Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares*. Santa Cruz: EDUNISC, 2003.

BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. Unesp, São Paulo: SP, 2004.

BURKE, Peter. *Overture: the New History, it's Past and it's future*. In: Burke, Peter (org.). *New perspectives on historical writing*. University Park (Pennsylvania). The Pennsylvania State University Press, 1992.

CERTEAU, Michel de. LUCE Giard, MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano: 2. morar, cozinhar*. Petrópolis: RJ, Vozes, 1996.

DOSSÉ, François. *A história à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

DOTTO, Dalva Maria, Pohl, Hildegard, De Gregori, Isabel, Frey, Márcia e Becker, Dinizar. *Estudos Regionais Comparados: reflexões sobre o capital social*. In: Becker, Dinizar e Wittmann (org. - Desenvolvimento Regional – abordagens interdisciplinares. Santa Cruz do Sul. Edunisc, 2003.

FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro. Forense-Universitária, 1987.

FREIDSON, Eliot. Título do artigo. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Número 31, ano 11, junho de 1996. São Paulo.

HADDOCK, B.A. *Uma introdução ao pensamento histórico*. Gradiva, 1989.

HILDESHEIMER, Françoise. *Introduction à l'histoire*. Paris> Hachette, 1994.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Editora da Unicamp. Campinas, 1994.

LEPETIT, BERNARD. *Por uma nova história urbana*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

PENNA, Rejane. *Fontes Orais e historiografia do rio grande do sul: novas perspectivas ou falsos avanços*. Tese de Doutorado. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Programa de Pós-Graduação em História do Brasil. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2002.

ROMANO, Ruggiero. *History today. International Social Science Journal – Modern Historiography. How much science? How much art?* Paris: Unesco, 1981, v.33, n.4.

SANTOS, Myriam Sepúlveda dos. *Memória coletiva & Teoria social*. São Paulo: Annablume, 2003.

SILVA, Rogério Forastieri da. *Historiografia e Nova História*. Tese de Doutorado. Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 1999.

VASCONCELOS, EDUARDO MOURÃO. *Complexidade e pesquisa interdisciplinar – Epistemologia e metodologia operativa*. Petrópolis: RJ, Vozes, 2002.